

ORTODOXOS E EVOLUCIONÁRIOS: UMA COMPARAÇÃO METODOLÓGICA E HISTÓRICA ENTRE AS ESCOLAS

Luiz Henrique Bispo SANTOS¹
Henrique Figueiredo de OLIVEIRA²

RESUMO: O surgimento da economia evolucionária adquire mais espaço no pensamento econômico à medida que seus estudos e pesquisas avançam. O presente estudo busca uma abordagem comparativa nos aspectos metodológicos e históricos dessa nova corrente com a corrente *mainstream*: a economia neoclássica. Para isto, explora-se a contribuição de Imre Lakatos à metodologia econômica e a exposição das teorias mais importantes dessa nova corrente para a partir disso buscar um entendimento entre ambos programas de pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Ortodoxia. Teoria evolucionária. Metodologia econômica. Pensamento econômico.

Introdução

A principal corrente do pensamento econômico, conhecida como economia neoclássica, pode ser interpretada como o paradigma kuhniano da ciência econômica. Thomas Kuhn (1982), importante filósofo da ciência, entende por paradigma a matriz principal de uma disciplina, que através de realizações científicas universalmente reconhecidas, durante certo período de tempo, fornece problemas e soluções para a prática do cientista.

O paradigma pode ser encontrado nos manuais de economia. Dessa forma, padroniza o conhecimento e garante que, independentemente da localização geográfica, qualquer um que se proponha estudar esta disciplina terá acesso à exatamente a mesma teoria, homogeneizando o ensino.

Os metodólogos distinguem a economia científica em economia normativa e economia positiva. A primeira diz respeito à economia como deveria ser. Para Mark Blaug (1993, p.167) “[...] um enunciado do tipo ‘deveria’ expressa uma avaliação do estado do mundo - aprova ou desaprova, elogia ou condena, enaltece ou deplora – e podemos apenas usar argumentos para convencer os outros a aceitá-lo.”

¹ Graduando em Ciências Econômicas. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Graduação em Ciências Econômicas. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - henrique.petrelli@hotmail.com

² Graduando em Ciências Econômicas. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Graduação em Ciências Econômicas. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - hfo1107@gmail.com

Para a economia normativa, a retórica é mais importante do que os fatos, como se pode entender pela citação acima. A ortodoxia vigente cumpre bem o papel normativo que lhe cabe, afinal, para uma ciência que propõe políticas, o poder preditivo é vital.

A economia positiva ocupa-se em entender os fatos econômicos como eles realmente são. Está mais interessada em entender o objeto como ele é, e menos dada a julgamentos de como ele deveria ser e, portanto, possui um caráter altamente descritivo.

Muitas das escolas que orbitam o paradigma consideram-se positivas, tentam enxergar os eventos econômicos como eles se apresentam e ainda sugerem as políticas que conduziriam o futuro da economia. A corrente principal tem função normativa, seus pontos de equilíbrio são aceitos, principalmente, porque se pode compará-los com os pontos apresentados pela economia real e assim medir a distância que há entre o ponto em que ela se encontra e o ponto em que ela deveria estar.

Entretanto, o *mainstream* não é isento de críticas. Pelo contrário, esta vertente é fonte de muita insatisfação entre os economistas. O que motivou vários profissionais na história do pensamento econômico a buscar alternativas viáveis para a substituição do paradigma.

Uma destas alternativas categorizou-se na criação de outra escola de economia: a Economia Evolucionária. Através de inúmeras críticas a ortodoxia, que se estende desde a negação de qualquer ponto de equilíbrio observável na economia do mundo real até a tentativa de explicar porque algumas firmas sobrevivem e outras não, a nova escola pretende torna-se uma opção mais coerente às explicações dos fatos econômicos fazendo uso de analogias com as ciências biológicas.

O presente trabalho busca explicações sobre as origens da economia ortodoxa e da economia evolucionária, bem como uma investigação metodológica das duas escolas. Para isto, ele está dividido em cinco partes, além desta breve introdução.

Na segunda parte apresenta-se a revolução científica que culminou com a ascensão do novo *mainstream*, na terceira busca-se uma compreensão sobre o comportamento da ortodoxia diante de seus críticos, na quarta a contribuição do metodólogo Imre Lakatos (1979) para o tema. Na quinta parte conta-se brevemente a história da economia evolucionária. E finalmente, na sexta parte temos as considerações finais.

Do Utilitarismo a uma revolução paradigmática: surge o *mainstream* contemporâneo

Em meados do século XIX, uma nova filosofia se insere nas discussões econômicas a respeito dos guias da ação humana: trata-se do utilitarismo. A bem da verdade não é exatamente uma filosofia nova, mas sim uma doutrina muito comum na Grécia Antiga, o Hedonismo de Epicuro, que agora ressurgiu transformado e remodelado para explicar a sociedade pós – Revolução Industrial.

A nova filosofia prega que o homem é movido pela busca da autossatisfação e que a mercadoria (agora a protagonista de todo pensamento humano) é útil no que diz respeito ao quanto é capaz de minimizar a dor ou aumentar o prazer.

John Stuart Mill é o grande nome por de trás das mudanças na teoria econômica suscitadas pelo advento do Utilitarismo no campo da economia. Ele consegue mais que dar uma explicação para as motivações humanas no contexto industrial, também sugere uma alternativa ao valor-trabalho, criando uma nova teoria para justificar a origem do valor.

Para a teoria do valor-utilidade, o que garante o valor de um bem é o quanto ele corresponde aos critérios do pensamento utilitarista, ou seja, quanto maior sua capacidade de ampliar o prazer e/ou suprimir o desprazer maior valor ele possui. A nova teoria rivaliza e vence a antiga teoria do valor-trabalho, portanto, a partir deste ponto a Ciência Econômica se veria impregnada pela filosofia utilitária.

Poucos anos depois um físico inglês interessado pelas questões econômicas, William Stanley Jevons, apaixonou-se por esta vertente da teoria e decide avançar ainda mais, em suas palavras:

O prazer e o sofrimento são indiscutivelmente o objeto último do cálculo da Economia. Satisfazer ao máximo as nossas necessidades com o mínimo de esforço — obter o máximo do desejável à custa do mínimo indesejável —, ou, em outras palavras, *maximizar o prazer*, é o problema da Economia. (JEVONS, 1996, p.69, grifo nosso).

Talvez ele não soubesse, mas começava então uma revolução paradigmática (ou revolução científica) que redirecionaria o foco e transformaria o arcabouço de uma ciência.

Carl Menger (1883) na Áustria vem para jogar a última pá de cal na deteriorada economia ricardiana, para isto, elabora o conceito de “Utilidade marginal decrescente” que, aprofundando as teorias elaboradas a partir do Utilitarismo, tenciona mensurar a variação de utilidade (satisfação) provocada a partir do consumo de uma unidade a mais de um bem qualquer. Segundo esta teoria o consumo de uma unidade adicional de qualquer bem reduziria o prazer obtido pelo indivíduo.

Ilustrativamente podemos pensar em um gráfico no formato de uma hipérbole decrescente, onde no eixo das ordenadas estaria a variável utilidade e no eixo das abscissas estaria a variável quantidade consumida, se esta última aumentar a satisfação diminui.

Mudança de paradigma: antes e depois

A aceitação da teoria da Utilidade Marginal Decrescente provocou uma transformação tão profunda na teoria econômica que ficou conhecida como Revolução Marginalista. Foi uma revolução científica se a interpretarmos pela óptica da teoria de Thomas Kuhn. O paradigma deposto, conhecido como economia política clássica foi abandonada por seus próprios defensores. O novo paradigma trouxe inúmeras mudanças no que concerne ao objeto e ao objetivo da economia.

É preciso que se diga, que a partir daqui, o instrumental matemático foi essencial para demarcar a ciência da não-ciência. Observa-se com a ascensão do novo paradigma uma tendência a formalização associada ao rigor científico. As metodologias positivistas, ao qual o *mainstream* adere, admitem como científico apenas o conhecimento apresentado e comprovado matematicamente.

Dentre as outras mudanças trazidas com a revolução marginalista, a principal delas diz respeito, sem dúvida, ao foco da ciência econômica, antes a maior preocupação dos economistas clássicos era o funcionamento da sociedade econômica. Adam Smith (1776), ocupado em ir a fundo nesta questão visita uma fábrica de alfinetes e observa que um trabalhador corta o arame, enquanto outro o desentorta e outro o afia, com isso cunha o famoso conceito de divisão social do trabalho.

Com o novo *mainstream*, o refletor está agora sobre as trocas entre os agentes econômicos, o melhor exemplo que se pode obter está na teoria do equilíbrio geral, onde a caixa de Edgworth descreve indivíduos que trocam suas dotações iniciais até atingir um ponto de eficiência, ou duas firmas permutando capital e trabalho em busca da otimização.

A Revolução Marginalista também destrói todas as discussões sobre o valor. Os economistas agora preocupados em explicar os preços, consideram o valor uma variável metafísica que devido ao seu caráter de imensurabilidade não condiz com atual estágio do positivismo aceito pela ciência econômica.

Outro ponto relevante a ser investigado é o protagonismo que o indivíduo exerce na nova corrente em detrimento ao protagonismo que as classes sociais possuíam na corrente clássica.

O abandono da ideia, sempre presente nos clássicos, da divisão da sociedade em classes, substituída pela concepção de que os agentes econômicos participam do mesmo modo no processo produtivo, diferindo quanto à modalidade do fator de produção que possuem: capital, recursos naturais ou trabalho. Em segundo lugar a regra de distribuição do produto deixa de ser socialmente determinada para obedecer a um padrão objetivo de tipo natural, expresso na ideia de produtividade marginal cada agente econômico recebera do produto social uma parcela correspondente a sua contribuição, medida pela produtividade marginal do fator de que é proprietário. (TEIXEIRA, 1990, p.2).

O eminente metodólogo Terence Hutchison (1953) acreditava que o importante na utilidade marginal é o adjetivo e não o substantivo, ou seja, o foco da teoria insurgente não era mais o ser humano como o era para os clássicos que chegaram a se considerar cientistas sociais. A partir do marginalismo o mais relevante, como objeto de estudo, é o acréscimo na satisfação que se obtém com o consumo adicional.

A ortodoxia perante a crítica

O importante agora é saber qual o comportamento do paradigma diante das inúmeras críticas que lhe são feitas. Afinal hipóteses simplificadas e modelos generalizantes e abstratos são alvos fáceis, passíveis de refutações.

Tanto a teoria da firma como a teoria do consumidor, que pretensamente explicam as leis da oferta e demanda, são repletas de pressupostos simplificados, tais como concorrência perfeita, simetria de informação, racionalidade maximizadora. Que nos levam a conclusões que são tidas como leis naturais do sistema econômico, por exemplo, o consumidor é soberano e busca, sempre, maximizar sua utilidade, sujeito a uma restrição orçamentária.

Com isso, a ortodoxia estabelece a lei geral (entendida como lei natural) da demanda. Uma possível exceção, talvez sejam os chamados “Bens de Giffen” (bens que tem demanda diminuída quando seu preço também diminui), fenômeno observado unicamente em economias muito pobres.

Cria-se um consumidor robotizado, a-social e a-histórico, desprovido de vínculos (laços sociais), despossuído de passado e de futuro. A inspiração da ortodoxia é o conceito de

homo economicus do economista clássico já citado Stuart Mill. Ele cunha o termo na tentativa de explicar o comportamento humano na sociedade de mercado, mas deixa claro que seu modelo não considera o homem completo (o homem real) é apenas uma abstração para melhor entender as motivações econômicas, e considera que a esfera econômica é tão somente uma parte da vida humana. A ortodoxia parece se apropriar desse conceito, sem considerar as ressalvas feitas por Mill (1836 apud BLAUG, 1993).

Elaborar teorias sem se preocupar a veracidade das hipóteses, pode ser uma estratégia perigosa, expõe a ciência a inúmeras refutações. No entanto, os neoclássicos saem, quase sempre, vitoriosos de embates teóricos. Por quê? E aqui, se faz necessário usar uma analogia com as ciências biológicas, porque a ortodoxia se comportada como um fagócito.

Fagócitos são células de defesa de organismos vivos que ao detectarem uma ameaça, absorvem, devoram, incorporam o microrganismo invasor. Assim, por comparação, qualquer teoria que ameace o paradigma é rapidamente devorada e incorporada a ele. O keynesianismo, maior opositor do pensamento tradicional no século XX, ao ser notado como uma ameaça foi fagocitado e assimilado na forma do modelo IS-LM, presente em todos os manuais de macroeconomia. Os institucionalistas, devorados e incorporados na forma da NEI.

Assim sendo, pode-se dizer que o *mainstream* tem caráter imperialista, no sentido de sempre se apoderar de outras teorias e extrair delas o que melhor lhe conferir riqueza teórica para ampliar sua capacidade explicativa e manter o poder de paradigma dominante.

Imre Lakatos, Ortodoxos e Evolucionários

Por muito tempo na história da filosofia da ciência, a principal preocupação dos estudiosos era a separação entre ciência e não-ciência. Investigava-se, verifica-se ou falseava-se na tentativa de se chegar a uma verdade científica. Imre Lakatos, eminente filósofo da ciência, não abandona completamente a tradição demarcacionista, mas avança com a criação do conceito de Programa de Pesquisa Científica (PPC). Para ele, o PPC seria composto de duas partes.

A principal seria o núcleo duro onde estariam as hipóteses imutáveis da teoria, podemos compreendê-la como oriunda da teoria de Kuhn, pois se assemelha a um paradigma. Ali, estariam as bases que sustentam o programa, por exemplo, indivíduo de racionalidade maximizadora seria o núcleo duro do *mainstream*; ao passo que, para Marcos Cavalieri (2008) o núcleo duro da teoria evolucionária seria a análise dos processos que guiam a dinâmica das

instituições bem como suas rotinas e regras que modificam a prática social e, conseqüentemente, o desempenho econômico.

A outra parte que compõe o PPC é o assim chamado cinturão protetor que envolve o núcleo duro da teoria. Ali estariam as hipóteses falseáveis sujeitas ao crivo da experimentação, que em caso de se mostrarem inválidas poderiam ser substituídas sem comprometerem o programa. O cinturão é formado por partes flexíveis e mutáveis que suportam testes empíricos, cuja principal função é preservar o núcleo.

O cinturão protetor da economia evolucionária, ainda de acordo com Cavalieri (2008) é composto pela racionalidade limitada e pelas mudanças constantes provocadas pelas inovações (novidade). Para a teoria evolucionária haveria um momento de criação da variedade (para usar mais uma analogia com as ciências biológicas), entendida aqui como o momento de criação da inovação, que seria transmitida a gerações de firmas futuras através dos mecanismos de estratégia imitativa (o preceito da hereditariedade segundo a biologia), por fim a seleção natural destruiria as firmas mais fracas com menor potencial inovador e garantiria a sobrevivência das firmas inovadoras.

O cinturão protetor da economia ortodoxa é vasto e complexo, mas podemos enumerar alguns de seus elementos. O suposto de concorrência perfeita é um desses elementos, depois de algum tempo os neoclássicos admitiram que apesar de ser a situação ideal nem sempre (quase nunca) esse preceito era verificado empiricamente, portanto foi preciso admitir outras estruturas de mercado como monopólio e oligopólio. A hipótese de que toda oferta cria sua própria demanda (lei de Say) contradita pela teoria da demanda efetiva que hoje está incorporada ao paradigma marca presença em todos os manuais de macroeconomia.

Lakatos consegue, desse modo, assumir uma posição intermediária entre Popper e Kuhn. É necessário lembrar que o PPC é dinâmico e incorpora novos conhecimentos, se caso ele sobrevive as refutações que lhe são impostas e amplia sua capacidade explicativa dos fatos, diz-se que o PPC é progressivo, e a economia ortodoxa tem se mostrado bastante progressiva, nesse sentido, devido sua capacidade de sobreviver e absorver as críticas.

Ainda é cedo para que se diga se o PPC evolucionário é progressivo, isto só poderá ser avaliado quando ele atingir a maturidade. Por ora, necessita-se que se examine um pouco mais acerca do surgimento e do modo da escola evolucionária.

A Escola Evolucionária

A economia evolucionária nasce no fim do século XIX em um ambiente acadêmico recentemente reformado por obras que até hoje têm grande importância e influência nas ciências. Charles Darwin (1985) foi um dos legados mais importantes do século para o mundo gerando grande impacto no pensamento da época e influenciando acadêmicos da Universidade de Chicago e o surgimento de novas ideias do conhecimento e do pragmatismo, a Antropologia e a Psicologia, ambas surgem com uma orientação voltada para a catalogação e explicação de padrões comportamentais humanos tanto no plano individual quanto no coletivo.

Os estudos em ciências econômicas se encaminharam para uma abordagem mais moderna quando Thorstein Veblen inicia sua carreira acadêmica em meio a esse ambiente de efervescência intelectual, em contato direto com muitas dessas figuras que moldaram o rumo das ciências sociais no século seguinte. Veblen enxergou a necessidade de romper com a visão ortodoxa vigente de uma única natureza humana capaz de explicar a enorme gama de comportamentos que a Antropologia e a Psicologia mostravam existir.

Partindo deste ambiente, Veblen (2014) publica sua primeira obra sobre o assunto e obtém grande êxito uma vez que tal obra tem absoluta importância para o nascimento da Economia Evolucionária. Nela, há uma crítica bastante intensa aos métodos econômicos da época, uma vez que Veblen estava entre dois extremos. De um lado estavam os economistas clássicos que enxergavam os agentes como seres racionais, calculistas e que buscavam incessantemente maximizar sua utilidade. No outro extremo estavam pensadores que entendiam os agentes como maleáveis e sendo produto de seu meio cultural e institucional.

No ano seguinte, Veblen publica uma análise minuciosa da estratificação social e da divisão do trabalho e propõe que esta divisão vestigial deriva de quando ainda éramos uma sociedade tribal e que isto, por sua vez, seria fruto de uma cultura barbárica de conquista, dominação e exploração. Ele ainda aborda em sua análise as vias dos ciclos de negócios, o surgimento da classe militar, a subordinação feminina e a religião. Tal análise aliada à obra de 1904 (VEBLEN, 2009) compõe a alternativa proposta por Veblen à teoria neoclássica do consumo e da produção marginal (VEBLEN, 2015).

Veblen (2014) entendia que havia tendências inatas aos humanos, mas que essas dependiam do meio cultural que estavam inseridas para serem expressas. Portanto, para compreendermos as relações econômicas, deveríamos entender a evolução das instituições sociais e como estas instituições interagem com as tendências inatas.

Graças à semente de Thorstein Veblen, vimos o nascimento de um novo ramo da economia e muitas outras obras que florescem a partir desta como a do importantíssimo Armen Alchian (1950). Tido como um dos fundadores da Nova Economia Institucional, o autor discute em sua obra o sucesso adaptativo das firmas quando frente à incerteza ou assimetria de informações comparada à maximização de lucros. Outros grandes autores simpáticos à Economia Evolucionária e que escreveram sobre o assunto foram Kenneth Arrow, Ronald Coase e Douglas North, todos vencedores do Nobel.

Joseph Schumpeter (1942) desenvolve sua teoria da Destruição Criadora, bastante influenciado pelas ideias da Economia Evolucionária ao explicar que o equilíbrio é destruído sempre que uma inovação é introduzida, ou seja, as tecnologias destrutivas perturbam o fluxo normal da economia ao conquistar a posição de alguma tecnologia já estabelecida. Podemos observar influências de Marx, mas onde vemos essa influência explicitada é na discussão acerca da queda do capitalismo e seu processo.

Karl Marx (1987) explica que o capitalismo seria substituído pelo socialismo após uma revolução violenta do proletariado. Schumpeter acreditava que o capitalismo levaria ao corporativismo e a valores hostis do capitalismo que assim se enfraqueceria e conseqüentemente colapsaria. Em ambos os textos podemos observar características de uma teoria evolucionária buscando explicar os rumos que o mundo tomar baseado em padrões comportamentais passados sendo substituídos por novos padrões de maior eficiência e capacidade de atingir seus objetivos.

Marx publicou 30 anos antes de Veblen (2014), tido como patrono da Economia Evolucionária, mas quase uma década depois de Darwin, patrono da Teoria Evolucionária. A maior contribuição à teoria evolucionária feita por Marx é mais notada no estudo das mudanças históricas cumulativas na sociedade. Marx argumentou que as primeiras sociedades eram comunitárias com um mínimo de divisão dos trabalhos, mas devido ao fim do nomadismo possibilitado pela agricultura e pecuária, surgiram especializações e então as diferentes funções e acesso diferenciado aos recursos. Subseqüentemente, essas divisões geraram classes sociais de status diferentes atuando antagonicamente para conseguir maiores benefícios para si.

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças da natureza como corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a

natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 1987, v.1, p.202).

Dentre as contribuições recentes para a Economia Evolucionária, a que mais se destaca é a de Richard Nelson e Sidney Winter (1982). Este é o livro sobre o qual a Economia Evolucionária moderna se baseou para expandir. Nelson e Winter adotam ideias como as de Alchian e Schumpeter, publicadas antes, e apresentam uma alternativa evolucionária contrastante com a ortodoxa em temas como progresso tecnológico e competitivo entre firmas. Sendo que Nelson se preocupa muito mais com o primeiro enquanto Winter se responsabiliza pelo segundo.

Um dos conceitos introduzidos por esse texto notável é o de que cada firma possui uma gama heterogênea de rotinas, e que tais rotinas seriam o equivalente econômico dos genes, fazendo com que cada firma atue de forma única diante das oportunidades que enxergam. Dentro desse ambiente, as firmas buscam por soluções inovadoras (ou imitadoras) que melhorem seus lucros num processo fundamentalmente dinâmico as firmas interagem e criam um ambiente competitivo o que separa a teoria evolucionária ainda mais da ortodoxa, pois, desta forma, não há possibilidade de otimização perfeita dos lucros. O rótulo “Evolucionária” se refere ao foco em mudanças dinâmicas, ainda que se fale das rotinas como um análogo dos genes não há o interesse de que a Economia se torne o que é a Biologia, outra ciência natural.

Outro tema de suma importância tratado na obra é a competição quando lidamos com uma situação de monopólio. Já que, se seguirmos os pressupostos usados pela teoria ortodoxa, esta estrutura de mercado acelera o progresso tecnológico e deveriam retribuir os consumidores com mais benefícios devido sua participação maior no mercado e sua capacidade maior de capitalizar sobre as inovações. Portanto, suas inovações não deveriam ser protegidas por patentes, para que imitadores também pudessem desfrutar dessas inovações, a patente seria apenas para o caso onde a imitação é fácil. Numa situação, onde o monopolista já desfruta da patente, ela não precisa manter esforços para inovar e pode tomar outras decisões que limitem seus investimentos em inovações.

No campo em que Winter se especializa, diversos outros progressos foram feitos, como o conceito de Replicação de Modelos de Sucesso aplicados a outras empresas. O autor discute como isso se assemelha a qualquer outro aprendizado e depende de outras características, como experiência, tentativa e erro, refinamento de detalhes e aprendizado na prática até que seja aperfeiçoado no que ele chama de soluções *Ad-Hoc*, isto é, soluções

específicas de um ambiente e que devem ser criadas por agentes locais na adaptação de um modelo externo em um ambiente específico.

Considerações Finais

Frente a tudo que foi exposto anteriormente, há a necessidade de comparar alguns tópicos para evidenciar a diferença entre as duas escolas. Primeiramente, a teleologia, estudo filosófico dos fins, é uma característica muito presente na corrente *mainstream* e que contrapõe a ênfase na dinâmica que pode ser observada na Economia Evolucionária. Essas características refletem os objetivos de cada escola, a ortodoxa é muito mais preocupada com a predição enquanto a evolucionária busca explicar rotinas e comportamentos.

Coerentemente, a ortodoxia busca situações de equilíbrio para realizar suas análises e possuem um sistema de taxonomia dessas situações, também inspirado na biologia. Discordantemente, a Economia Evolucionária propõe sistemas em mudança constante, nunca buscando equilíbrios.

Seguindo a lógica dos itens anteriores, podemos observar que a ortodoxia, exatamente por ser a corrente *mainstream*, possui um dever normativo e, dessa forma, busca formular Leis Naturais imitando o consenso de exemplo de Lei Natural, a Lei da Gravidade. Essas Leis Naturais da ortodoxia deveriam reger a forma que são elaboradas as políticas econômicas buscando o melhor funcionamento da economia inteira como sistema. Na Evolucionária, temos a característica Lamarckiana, criada por Jean-Baptiste Lamarck ainda no século XVIII, é a ideia de que um organismo passa a diante características adquiridas durante sua vida. Em economia, expressa a ideia de que uma firma sofre influência de seus períodos passados e a rotina presente influência nos períodos futuros. Demonstrando que cada caso é dependente de sua história, em contraste com a teoria neoclássica, que trata os agentes como seres desprovidos de história e apenas importantes para a elaboração do sistema naquela situação específica.

Utilizou-se neste artigo a combinação das análises histórica e metodológica por se acreditar na impossibilidade de observá-las separadamente.

ORTHODOX AND EVOLUTIONARY: A METHODOLOGICAL AND HISTORIC COMPARISON OF THEORIES

ABSTRACT: *The emergence of evolutionary economy receives more attention in economic thought as its studies and researches proceed. This study has a comparative approach in the methodological and historical aspects of this new research program and the current mainstream: neoclassical economics. For this, we explore Imre Lakatos's contribution to economic methodology and expose the most important theories of this new chain and from there we seek an understanding between the two research programs.*

KEYWORDS: *Orthodoxy. Evolutionary theory. Economic methodology. Economic thinking.*

REFERÊNCIAS

- ALCHIAN, A. Uncertainty, evolution and economic theory. **The journal of political economy**, Chicago, v.58, n.3, p.211-221, 1950.
- BLAUG, M. **Metodologia da economia, ou como os economistas explicam**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- CAVALIERI, M. A. R. Quanto evoluíram os evolucionários? um ensaio pluralista sobre a maturidade de um programa de pesquisa em economia. **Economia Ensaios**, Uberlândia, v.23, p.01-23, 2008.
- DARWIN, C. **A origem das espécies**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1985.
- HUTCHISON, T. **A review of economic doctrines 1870-1929**. Oxford: Clarendon Press, 1953.
- JEVONS, W. S. **A teoria da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Org.). **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix: EDUSP, 1979. p.109-243.
- MARX, K. **O capital**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987. v. 1.
- MENGER, C. **Princípios de economia política**. São Paulo: Abril Cultura, 1983. (Coleção Os Economistas)
- NELSON, R.; WINTER, S. **An evolutionary theory of economic change**. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 1982.
- SCHUMPETER, J. **Capitalism, socialism and democracy**. London: Routledge, 1942.
- TEIXEIRA, A. **‘Subversão’ e ‘restauração’ no pensamento econômico neoclássico: uma discussão sobre a teoria subjetiva de valor**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- VEBLER, T. **The theory of the leisure class**. New York: Pergamon Media, 2015.

VEBLEN, T. **Why is economics not an evolutionary science?** New York: Read Books Design, 2014.

VEBLEN, T. **The theory of business enterprise.** New York: Scribner & Sons, 2009.